



Julho/2015



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Ministerial
Auditor de Contas Públicas**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O que me moveu, inicialmente, a fazer este texto foi uma sensação produzida por uma viagem ao Havaí. Sensação de que se é parte de um cenário. Na praia de Waikiki, os hotéis têm lobbies que se comunicam, pontuados por belíssimos (mas falsos) jardins tropicais, sem uma folha no chão, lagos com peixes coloridos, tochas, belos gramados e, evidentemente, muitas lojas. Um filme de Elvis Presley.

Honolulu é um dos milhares de exemplos a que podemos recorrer. A indústria do turismo cria um mundo fictício de lazer, onde o espaço se transforma em cenário e, desse modo, o real é transfigurado para seduzir e fascinar.

O espaço produzido pela indústria do turismo é o presente sem espessura, sem história, sem identidade. O lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se transforma na relação entre espaço e sociedade. O sujeito pertence ao lugar como este a ele. A indústria turística produz simulacros de lugares.

Mas também se produzem modos de apropriação dos lugares. A indústria do turismo produz um modo de estar em Nova York, Paris, Roma, Buenos Aires... É evidente que não se pode dizer que essas cidades sejam simulacros, pois é claro que não o são; entretanto, o pacote turístico ignora a identidade do lugar, sua história e modo de vida, banalizando-os.

Os pacotes turísticos tratam o turista como mero consumidor, delimitando o que deve ou não ser visto, além do tempo destinado a cada atração, num incessante "veja tudo de pressa".

Essa rapidez impede que os olhos desfrutem da paisagem. Passa-se em segundos por séculos de civilização, faz-se tábula rasa da história de gerações que se inscrevem no tempo e no espaço. Num autêntico tour de force consentido, pouco espaço é destinado à criatividade. Por sua vez, o turista vê sufocar um desejo que nem se esboçou, o de experimentar.

No fim do caminho, o cansaço; o olhar e os passos medidos em tempo produtivo, que aqui se impõe sem que disso as pessoas se deem conta. Não cabem passos lentos, olhares perdidos. O lazer produz a mesma rotina massacrante, controlada e vigiada que o trabalho.

Como indústria, o turismo não parece criar a perspectiva do lazer como possibilidade de superação das alienações do cotidiano. Só a viagem como descoberta, busca do novo, abre a perspectiva de recomposição do passo do flâneur, daquele que se perde e que, por isso, observa. Walter Benjamin lembra que "saber orientar-se em uma cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução".

(Adaptado de Ana Fani Alessandri Carlos. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/lourdes/turismoproducaonolugar.html>)

1. Depreende-se do texto que

- (A) a necessidade de segurança do turista moderno faz com que este recorra a pacotes turísticos pouco desafiadores, que acabam por deixá-lo com a sensação de que podia ter feito mais com o tempo ocioso.
- (B) o turista do mundo globalizado perdeu a capacidade de explorar lugares estimulantes, uma vez que prefere locais cuja beleza, ainda que artificial, inspire uma sensação de serenidade.
- (C) grandes cidades turísticas se transformaram para atrair turistas consumidores, o que, por sua vez, incomoda os habitantes locais, já que modifica completamente a relação destes com o espaço.
- (D) o turista moderno, ao procurar manter o ritmo frenético do trabalho mesmo nas férias, modifica os lugares que visita, ao buscar atividades recreativas de modo incessante.
- (E) a indústria do turismo transforma o espaço destinado ao turista em um espetáculo controlado, delimitando e definindo a relação do indivíduo com o local que visita.

2. Considerando o contexto, afirma-se corretamente:

- (A) No início do texto, a autora faz uma apologia a um tipo de local turístico em que afirma ter se sentido como parte de um cenário de um filme.
- (B) Infere-se que a ideia de Walter Benjamin (último parágrafo) vai de encontro ao que pensa a autora do texto sobre o modo de observar uma cidade.
- (C) Opondo-se aos ditames da indústria do turismo, o *flâneur* é aquele que se perde e que, por isso, pode contemplar os lugares por onde passa.
- (D) Ao propor um modo peculiar de apropriação dos lugares, a indústria do turismo transformou cidades como Roma e Buenos Aires em verdadeiros simulacros.
- (E) O presente sem espessura produzido pela indústria do turismo é o lugar em sua essência, transformado na relação entre espaço e sociedade.

3. É paradoxal a ideia de que

- (A) O lazer produz a mesma rotina massacrante, controlada e vigiada que o trabalho.
- (B) O lugar é, em sua essência, produção humana...
- (C) A indústria do turismo cria um mundo fictício de lazer...
- (D) ... o real é transfigurado para seduzir e fascinar.
- (E) Os pacotes turísticos tratam o turista como mero consumidor...



4. ... pois é claro que não o são... (4º parágrafo)
... banalizando-os. (4º parágrafo)
... que se inscrevem no tempo e no espaço. (6º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- (A) simulacros – a identidade do lugar, sua história e modo de vida – gerações
(B) pacote turístico – modo de vida – tábula rasa
(C) cidades – os pacotes turísticos – gerações
(D) simulacros – os pacotes turísticos – história
(E) pacote turístico – a identidade do lugar, sua história e modo de vida – tábula rasa

5. Honolulu é um dos milhares de exemplos a que podemos recorrer.

O verbo sublinhado acima possui o mesmo tipo de complemento que o empregado em:

- (A) A indústria do turismo cria um mundo fictício de lazer...
(B) O sujeito pertence ao lugar como este a ele.
(C) O lugar é, em sua essência, produção humana...
(D) Só a viagem como descoberta, busca do novo, abre a perspectiva de recomposição...
(E) ... e que, por isso, observa.

6. Os elementos que exercem a mesma função sintática encontram-se sublinhados em:

- (A) Essa rapidez impede que os olhos desfrutem da paisagem / Um filme de Elvis Presley.
(B) sem que disso as pessoas se deem conta / Passa-se em segundos por séculos de civilização...
(C) Passa-se em segundos por séculos de civilização / Sensação de que se é parte de um cenário.
(D) Não cabem passos lentos, olhares perdidos / ... o espaço se transforma em cenário...
(E) lobbies que se comunicam / Na praia de Waikiki, os hotéis têm...

7. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. Num autêntico tour de force consentido, pouco espaço é destinado à criatividade.

Sem prejuízo da correção, o sinal indicativo de crase deve ser suprimido, caso o termo “criatividade” seja substituído por “inovar”.

- II. Sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o verbo “produzir” pode ser flexionado indiferentemente no singular ou no plural, sem prejuízo da correção, em: *Mas também se produzem modos de apropriação dos lugares.*

- III. A frase *Os pacotes turísticos tratam o turista como mero consumidor* não admite transposição para a voz passiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
(B) I e II.
(C) I.
(D) I e III.
(E) II.

8. Está escrito com correção e clareza o que se encontra em:

- (A) Ainda é comum, mesmo que à criatividade não seja estimulada, que o turista veja seu desejo de experimentar ser tolhido antes mesmo de ser esboçado.
(B) A autora a princípio, foi instigada a escrever o texto em questão, a partir da sensação de que se é parte de um cenário, engendrado por uma viagem pelo Havaí.
(C) A possibilidade de superação das alienações da vida cotidiana não estão dadas pelo turismo como indústria, pois esta não engloba uma perspectiva do lazer capaz disso.
(D) Um mundo fictício de lazer, é criado pela indústria do turismo cujo espaço se transforma em cenário, no qual a realidade se modifica a medida que seduz e fascina o turista.
(E) Uma vez que, da interação entre espaço e sociedade, resulta o que a autora chama de “lugar”, este é, essencialmente, uma produção humana.



Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 9 e 10.

*A cidade é passada pelo rio
como uma rua
é passada por um cachorro;
uma fruta
por uma espada.*

*O rio ora lembrava
a língua mansa de um cão
ora o ventre triste de um cão,
ora o outro rio
de aquoso pano sujo
dos olhos de um cão.*

*Aquele rio
era como um cão sem plumas.
Nada sabia da chuva azul,
da fonte cor-de-rosa,
da água do copo de água,
da água de cântaro,
dos peixes de água.*

*Sabia dos caranguejos
De lodo e ferrugem*

*Sabia da lama
como de uma mucosa. [...]*

*Aquele rio
Jamais se abre aos peixes,
ao brilho,
à inquietação da faca
que há nos peixes.
Jamais se abre em peixes.*

(Trecho de **O Cão sem plumas** de João Cabral de Melo Neto)

9. Pode-se observar no poema uma

- (A) oposição entre dois rios: um, cujas águas são límpidas tal qual um copo d'água; outro, cujas águas lembram o lodo e a lama.
- (B) comparação entre o modo como uma cidade é passada por um rio e uma rua é passada por um cachorro.
- (C) comparação entre um cão de rua, sem plumas, e os peixes sem brilho de um rio poluído, que possuem a *inquietação da faca*.
- (D) concessão àquele rio que, apesar de nada saber da *chuva azul*, abria-se aos peixes em toda a sua beleza.
- (E) oposição entre uma cidade, uma rua e uma fruta, que ora lembravam a *língua mansa de um cão*.

10. Considere o que se afirma abaixo.

- I. Infere-se da leitura do poema que o rio de que se fala não é límpido.
- II. Completando-se o sentido dos versos *uma fruta / por uma espada*, o resultado será: uma fruta é passada por uma espada.
- III. Encontra-se entre os versos *Aquele rio / era como um cão sem plumas* o mesmo tipo de relação que se encontra em: como fosse turvo, o rio lembrava um pano sujo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Legislação Específica Aplicada ao Ministério Público da Paraíba

Atenção: Responda às questões de números 11 a 15 de acordo com a Lei Complementar nº 97/2010 (Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba).

11. Considere os seguintes órgãos do Ministério Público:

- I. Ouvidoria.
- II. Conselho Superior do Ministério Público.
- III. Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial.
- IV. Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- V. Colégio de Procuradores de Justiça.
- VI. Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa.

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba, são órgãos de Execução, o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III, IV e VI.
- (D) II, III e V.
- (E) I, IV, V e VI.

12. Mario, 40 anos de idade, é membro do Ministério Público há 11 anos exercendo a função de Promotor de Justiça. Ele almeja exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça ainda este ano. Neste caso, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba, Mario

- (A) não poderá se candidatar a eleição para a lista tripartite porque não possui quinze anos de efetivo exercício, tempo mínimo necessário exigido pela referida Lei Orgânica.
- (B) poderá se candidatar a eleição para a lista tripartite, eleição esta que far-se-á mediante voto plurinominal e secreto de todos os integrantes da carreira, vedado o voto postal ou por procuração.
- (C) não poderá se candidatar a eleição para a lista tripartite porque não possui quarenta e cinco anos, idade mínima exigida pela referida Lei Orgânica.
- (D) poderá se candidatar a eleição para a lista tripartite, eleição esta que far-se-á mediante voto plurinominal e aberto de todos os integrantes da carreira, vedado o voto postal ou por procuração.
- (E) poderá se candidatar a eleição para a lista tripartite, eleição esta que far-se-á mediante voto plurinominal e aberto de todos os integrantes da carreira, permitindo o voto postal ou por procuração.

13. Julgar recurso, com efeito suspensivo, contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público, bem como de indeferimento do pedido de reabilitação, é competência

- (A) do Colégio de Procuradores de Justiça.
- (B) isolada do Conselho Superior do Ministério Público.
- (C) da Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (D) isolada do Procurador-Geral de Justiça.
- (E) conjunta do Procurador-Geral de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.



14. No tocante ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado da Paraíba – MP-PROCON, é correto afirmar que (A) a Junta Recursal deste Programa será composta pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Consumidor, que a presidirá, e por cinco Membros do Ministério Público do Estado da Paraíba. (B) a sua Diretoria-Geral fica subordinada diretamente ao Procurador-Geral de Justiça e será composta por Diretor-Geral e Vice-Diretor-Geral, nomeados pelo Conselho Superior do Ministério Público. (C) a Diretoria Regional do Programa, possui sede em Campina Grande, e é exercida por Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de Campina Grande, cujas atribuições atinentes ao MP-PROCON compreenderão, dentre outros, os Municípios de Esperança, Ingá, Queimadas, Alagoa Nova e Serra Branca. (D) incluindo o mandato de Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Consumidor, os mandatos dos Membros titular e suplente da Junta Recursal do referido Programa serão de dois anos. (E) a Junta Recursal do Programa reunir-se-á obrigatoriamente três vezes por semana e sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros, sendo que as suas deliberações serão por maioria absoluta.	17. Se o número de vagas oferecidas no Concurso de Remoção for menor que o de interessados, para fins de classificação e, se necessário, de desempate, serão objetos, sucessivamente, os seguintes critérios: I. Maior tempo de exercício em cargo de provimento efetivo no Ministério Público do Estado da Paraíba. II. Maior tempo de exercício no respectivo cargo. III. Maior idade. IV. Maior tempo de exercício, anterior à ocupação do cargo efetivo no Ministério Público do Estado da Paraíba, como ocupante de cargo em comissão ou como requisitado no Ministério Público do Estado da Paraíba. V. Maior número de dependentes econômicos registrados em seus assentamentos funcionais. Os critérios deverão ser aplicados sucessivamente na seguinte ordem: (A) I, II, III, V e IV. (B) II, I, III, IV e V. (C) II, I, IV, V e III. (D) III, I, II, V e IV. (E) III, II, I, IV e V.
15. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Paraíba, considere: I. Exercer o comércio ou participar de sociedade comercial como cotista. II. Exercer o comércio ou participar de sociedade comercial como acionista. III. Exercer advocacia no juízo ou tribunal perante o qual atuou antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Ao membro do Ministério Público é VEDADO o que consta em (A) I e II, apenas. (B) I e III, apenas. (C) II e III, apenas. (D) III, apenas. (E) I, II e III.	18. Gilberto, servidor público do Ministério Público do Estado da Paraíba, recebe verbas indenizatórias e vantagens pecuniárias. Dentre as verbas recebidas por Gilberto, são indenizatórias, dentre outras, (A) diárias, adicionais por tempo de serviço – anuênios; gratificação por serviço extraordinário; gratificação natalina. (B) adicionais por tempo de serviço – anuênios; gratificação por serviço extraordinário; gratificação natalina; adicional por participação em Comissão constituída no interesse da instituição; gratificação de interiorização. (C) ajuda de custo; auxílio funeral; adicional noturno; adicional de férias; adicional de qualificação; gratificação de interiorização. (D) auxílio transporte; licença especial convertida em pecúnia; adicional de qualificação; gratificação de interiorização. (E) ajuda de custo; auxílio alimentação; auxílio natalidade; auxílio transporte; licença especial convertida em pecúnia.
Atenção: Responda às questões de números 16 a 20 de acordo com a Lei nº 10.432/2015 que dispõe sobre o regime jurídico, os cargos, a carreira e a remuneração dos servidores públicos do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado da Paraíba. 16. Marcos é servidor público efetivo do Ministério Público da Paraíba. Em razão de um grave acidente com sua moto Marcos foi aposentado por invalidez. Após alguns anos de tratamentos e cirurgias, Marcos se recuperou totalmente e está apto para o trabalho, tendo uma junta médica oficial declarado insubsistentes os motivos da aposentadoria. Neste caso, ocorrerá a (A) reversão. (B) recondução. (C) readaptação judicial. (D) reintegração. (E) readaptação extrajudicial.	19. Gabriela é servidora pública do Ministério Público da Paraíba. Ontem faleceu sua sogra. Neste caso, Gabriela (A) terá licença por luto de dez dias. (B) não terá licença por luto. (C) terá licença por luto de cinco dias. (D) terá licença por luto de sete dias. (E) terá licença por luto de quatro dias. 20. Katia, servidora pública efetiva do Ministério Público da Paraíba, praticou falta disciplinar e foi apenada com a pena de advertência. Posteriormente praticou nova falta disciplinar. Neste caso, será aplicada a pena de (A) suspensão de sessenta a noventa dias. (B) suspensão de até sessenta dias. (C) suspensão de até cento e vinte dias. (D) censura. (E) suspensão de noventa a cento e vinte dias.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração**

21. Uma organização pública realizou um planejamento que teve como objetivo a elaboração de planos, programas e projetos para a implementação da sua estratégia. Esse tipo de Planejamento é o
- (A) global.
(B) tático.
(C) estratégico.
(D) operacional.
(E) tradicional.
22. Sobre os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, é correto afirmar:
- (A) A eficiência limita-se à avaliação dos recursos empregados, assegurando que eles sejam mínimos.
(B) A eficácia refere-se à avaliação dos impactos de curto prazo.
(C) A efetividade compreende a avaliação da implementação das políticas públicas.
(D) A relação entre os resultados, os impactos e os recursos empregados para alcançá-los diz respeito à eficiência.
(E) As metas e objetivos estão relacionadas à eficácia.
23. Sobre *accountability* e formas de controle, é correto afirmar:
- (A) O controle social está compreendido na *accountability* vertical, na medida em que os cidadãos controlam seus governantes.
(B) O processo eleitoral está compreendido na *accountability* horizontal, pois não há uma relação hierárquica entre eleitores e eleitos.
(C) A *accountability* horizontal é exercida por meio dos controles mútuos entre os Poderes e da atuação de órgãos autônomos.
(D) Os órgãos responsáveis pelo controle administrativo-procedimental não possuem autonomia no exercício de suas funções.
(E) O controle exercido entre os três Poderes integra os mecanismos de controle eleitoral, pois é exercido durante o período eleitoral.
24. Em relação aos diferentes modelos de gestão da Administração pública, é correto afirmar que o modelo
- (A) gerencial tem como foco o desempenho das organizações públicas e das políticas públicas.
(B) patrimonial é caracterizado pela indistinção entre o patrimônio público e privado e pelo foco nos procedimentos.
(C) burocrático tem como foco principal os procedimentos, que estão baseados na flexibilidade e na impessoalidade.
(D) gerencial se diferencia do burocrático em função da maior atenção dada aos resultados e aos procedimentos das organizações públicas e das políticas públicas.
(E) burocrático é caracterizado por hierarquia, impessoalidade e legalidade, isso resulta em um atendimento efetivo às demandas dos cidadãos.

Contabilidade Geral

25. Para que ativos e passivos sejam ajustados a valor presente eles devem:
- I. Ser uma transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data igual a da data do reconhecimento desses elementos.
- II. Ter reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares e empregar método de alocação de descontos.
- III. Ser um conjunto particular de fluxos de caixa exatos e claramente associado a um ativo ou a um passivo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
(B) I.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.
26. De acordo com a Resolução CFC nº 1.255, os resultados apurados de operações descontinuadas devem ser apresentados em
- (A) conjunto com as atividades normais, somados as receitas e despesas operacionais.
(B) demonstração de resultados apurada e apresentada separadamente da demonstração de resultados das atividades continuadas.
(C) um montante único na demonstração do resultado.
(D) uma conta própria do patrimônio líquido.
(E) nota explicativa, não compondo a apuração dos resultados da empresa.
27. NÃO é uma transação que gera movimentação na Demonstração dos Fluxos de Caixa:
- (A) Vendas de Mercadorias à Vista.
(B) Permuta total de imóveis.
(C) Aquisição de materiais para venda.
(D) Recebimento de dividendos.
(E) Juros sobre empréstimos.



Atenção: Considere a demonstração a seguir para responder às questões de números 28 e 29.

Balanco Patrimonial			R\$		
ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
Circulante	50.500	32.500	Circulante	15.750	10.100
Disponibilidades	20.000	12.000	Fornecedores	3.500	2.000
Aplicações Financeiras	8.500	3.500	Duplicatas Descontadas	5.800	3.000
Contas a Receber	13.000	11.000	Tributos a Pagar	6.000	4.500
Estoques	9.000	6.000	Financiamentos	450	600
Não Circulante	15.500	21.300	Não Circulante	15.750	11.650
Realizável a Longo Prazo	0	11.000	Debêntures	15.750	11.650
Investimento	2.000	1.500			
Imobilizado	9.000	6.500	Patrimônio Líquido	34.500	32.050
Intangível	4.500	2.300	Capital Social	25.000	25.000
			Reserva de Lucros	9.500	7.050
TOTAL DO ATIVO	66.000	53.800	TOTAL DO PASSIVO	66.000	53.800

28. O índice de liquidez geral de 2013 é

- (A) 2,00
- (B) 1,00
- (C) 0,50
- (D) 2,47
- (E) 1,86

29. O índice de composição do endividamento em 2014 é

- (A) 12,5%
- (B) 25,0%
- (C) 50,0%
- (D) 100,0%
- (E) 112,5%

Contabilidade e Orçamento Públicos

30. Um Analista do Ministério Público do Estado da Paraíba, ao analisar os balanços contábeis do governo estadual, verificou saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e realizada, considerando-se ainda, a tendência do exercício. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, esse saldo positivo é denominado

- (A) variação positiva.
- (B) variação patrimonial positiva.
- (C) excesso de arrecadação.
- (D) superávit financeiro.
- (E) superávit de recursos.

31. Uma Prefeitura do Estado da Paraíba empenhou R\$ 50.000,00 em 2014 para a aquisição de uma ambulância. Até 31/12/2014 não houve a concretização da compra do veículo. Após encerrado o exercício de 2014, foi realizada a anulação do valor integral dessa despesa. Nesse caso,

- (A) ocorrerá a reversão à dotação de 2014.
- (B) será considerada como receita de 2015.
- (C) esse valor não será computado como receita de nenhum exercício.
- (D) deverá ser contabilizado como restos a pagar processados.
- (E) deverá ser restabelecida a despesa por se tratar da área da saúde pública.



32. Nos termos dos Anexos da Lei nº 4.320/1964, o passivo real a descoberto e o ativo real líquido são contas pertencentes ao
- (A) balanço orçamentário.
 - (B) balanço financeiro.
 - (C) balanço patrimonial.
 - (D) relatório de gestão fiscal.
 - (E) demonstrativo das variações patrimoniais.
-
33. A Constituição Federal de 1988 determina a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o seu conteúdo. Sobre esse relatório é correto afirmar que
- (A) será publicado 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre.
 - (B) conterá comparativo de limites das despesas com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas.
 - (C) deve indicar as medidas corretivas adotadas ou a adotar se ultrapassado o limite de operação de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária.
 - (D) conterá demonstrativo, no último quadrimestre, sobre o montante das disponibilidades de caixa em 31/12.
 - (E) é composto do Balanço Orçamentário e de demonstrativos de execução.
-
34. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Ministério Público do Estado da Paraíba não poderá exceder, em relação à Receita Corrente Líquida, em
- (A) 3%
 - (B) 6%
 - (C) 1%
 - (D) 2%
 - (E) 0,6%
-

Finanças Públicas

35. O instrumento de planejamento pelo qual devem ser previstos os objetivos, diretrizes e metas da Administração pública para as despesas relativas aos programas de duração continuada é o
- (A) Plano Plurianual.
 - (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) Lei Orçamentária Anual.
 - (D) Plano Diretor.
 - (E) Anexo de Riscos Fiscais.
-
36. O orçamentista de uma Prefeitura do Estado da Paraíba recebeu orientação para consignar no orçamento dotação para programa especial de trabalho que, por sua natureza, não poderia cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa. Assim, esse programa foi consignado em dotação global, classificado como despesa de capital. Esse fato representou uma exceção legal ao princípio orçamentário da
- (A) clareza.
 - (B) especificação.
 - (C) exclusividade.
 - (D) não-vinculação.
 - (E) universalidade.
-



37. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a fiscalização externa da execução dos orçamentos, inclusive do Ministério Público, deve ser feita pelo Poder Legislativo com o auxílio
- (A) do Poder Executivo.
 - (B) do Poder Judiciário.
 - (C) do Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) dos Tribunais de Contas.
 - (E) da Procuradoria Geral do Estado.
-
38. Sobre a despesa pública é correto afirmar que
- (A) é vedada sua realização sem prévio empenho, salvo no sistema de suprimento de fundos.
 - (B) é vedado o empenhamento por estimativa.
 - (C) a liquidação somente ocorrerá após realizado o regular pagamento.
 - (D) não se fará adiantamento de numerário a servidor em alcance nem se já responsável por um adiantamento.
 - (E) em casos especiais previstos na legislação específica, é dispensada a emissão da nota de empenho.
-
39. É o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Trata-se
- (A) do planejamento.
 - (B) do recolhimento.
 - (C) do lançamento.
 - (D) do registro.
 - (E) da cobrança.
-

Direito Constitucional

40. No tocante ao Mandado de Segurança Coletivo, considere:
- I. Os direitos protegidos podem ser individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito da norma regulamentadora do Mandado de Segurança, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.
 - II. Os direitos protegidos podem ser individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito da norma regulamentadora do Mandado de Segurança, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
 - III. A sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
 - IV. Não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de noventa dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, III e IV.



41. No tocante ao *habeas corpus*, considere:

- I. A legitimidade ativa do *habeas corpus* está afeta a qualquer pessoa em seu favor ou de outrem.
- II. A constitucionalização do *habeas corpus* somente veio com a Constituição Federal de 1937.
- III. A competência para julgamento do *habeas corpus* contra ato praticado pelo Promotor de Justiça é do Tribunal de Justiça competente.
- IV. O estrangeiro também poderá impetrar *habeas corpus*, exceto o não residente no Brasil.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) II, III e IV.

42. A respeito da previdência social e da assistência social, considere:

- I. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- II. É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
- III. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, dentre outros, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- IV. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, permitida a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

De acordo com a Constituição Federal está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.

43. Berenice, trabalhadora urbana, está grávida e prestes a dar a luz. Dentre os direitos sociais constantes na Constituição Federal, Berenice terá assistência gratuita ao filho desde o nascimento até

- (A) três anos de idade em creches e pré-escolas.
- (B) o término do ensino fundamental.
- (C) dez anos de idade em creches e pré-escolas.
- (D) cinco anos de idade em creches e pré-escolas.
- (E) sete anos de idade em creches e pré-escolas.

Direito Administrativo

44. Considere as seguintes situações hipotéticas envolvendo três Analistas do Ministério Público da Paraíba:

- I. João emite certidão a administrado;
- II. Júlio emite parecer em determinado processo administrativo;
- III. Clara fornece atestado a administrado.

A propósito do atributo da imperatividade dos atos administrativos,

- (A) nenhum dos atos é munido de tal atributo.
- (B) apenas o ato de João é munido de tal atributo.
- (C) apenas o ato de Júlio é munido de tal atributo.
- (D) apenas o ato de Clara é munido de tal atributo.
- (E) todos os atos são munidos de tal atributo.



45. A Administração pública concedeu autorização para porte de arma a servidor do Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumpre salientar, no entanto, que o ato administrativo foi fundamentado em motivo falso. Nesse caso, a autorização em questão

- (A) será necessariamente válida, haja vista a presunção de veracidade dos atos da Administração pública.
- (B) pode ser válida, dependendo do motivo alegado.
- (C) será nula, em razão do vício de motivo.
- (D) pode ser válida, dependendo da finalidade pública atingida.
- (E) será anulável, em razão de vício de motivo e objeto.

46. Ricardo é Vereador de um determinado município do Estado da Paraíba, ocupando o cargo de Presidente da Câmara Municipal. No final do ano de 2014, Ricardo recebeu vantagem econômica indevida em razão do exercício do seu mandato para omitir ato de ofício a que estava obrigado. Neste caso, o Ministério Público, após instaurar inquérito civil para apuração dos fatos, ajuíza ação de improbidade administrativa contra Ricardo, postulando, dentre outras sanções previstas em lei, a aplicação das penas de suspensão dos direitos políticos de

- (A) 5 a 8 anos, e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- (B) 8 a 10 anos, e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- (C) 3 a 5 anos e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- (D) 8 a 10 anos e pagamento de multa civil de até 5 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- (E) 5 a 8 anos, e pagamento de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

47. O Ministério Público do Estado da Paraíba ajuizou ação civil pública contra a Prefeitura de Campina Grande, haja vista a desafetação irregular de bem público. A propósito do tema, considere as seguintes assertivas:

- I. Na desafetação, o bem é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado.
- II. Os bens dominicais são alienáveis, porém a alienabilidade não é absoluta, já que podem perdê-la pelo instituto da afetação.
- III. Os bens de uso comum do povo não comportam desafetação, pois, por sua própria natureza, são insuscetíveis de valoração patrimonial.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Civil

48. João recebeu a importância de R\$ 20.000,00 de sua amiga Joana, a título de doação, valor este que era parte de quantia maior que a mesma havia subtraído do cofre da residência em que trabalhava como doméstica. Nesse caso, João

- (A) está obrigado à reparação civil, até o limite do que recebeu.
- (B) não está obrigado a devolver o que recebeu, porque foi objeto de doação.
- (C) está obrigado à reparação civil da totalidade da quantia subtraída por Joana.
- (D) está obrigado a reparar a metade do prejuízo causado por Joana.
- (E) só está obrigado à reparação civil se sabia da origem ilícita do valor que recebeu.

49. Paulo adquiriu uma casa de José e, um mês após, descobriu que o imóvel apresentava vício oculto consistente em defeitos na estrutura de sustentação do telhado, com risco de desabamento. José desconhecia o vício. Em tal situação, Paulo pode

- (A) apenas rejeitar a coisa, redibindo o contrato, reavendo o preço pago e obtendo o reembolso das suas despesas, além das perdas e danos.
- (B) apenas rejeitar a coisa, redibindo o contrato, reavendo o preço pago e obtendo o reembolso das suas despesas.
- (C) apenas reclamar o abatimento no preço, sem a redibição do contrato.
- (D) rejeitar a coisa, redibindo o contrato, reavendo o preço pago e obtendo o reembolso das despesas do contrato ou reclamar o abatimento no preço, sem a redibição do contrato.
- (E) rejeitar a coisa, redibindo o contrato, reavendo o preço pago e obtendo o reembolso das suas despesas, além das perdas e danos, ou reclamar o abatimento no preço, sem a redibição do contrato.

50. A respeito do contrato de transporte, considere:

- I. O transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, ou, então, se tal responsabilidade tiver sido excluída por cláusula contratual.
- II. A responsabilidade contratual do transportador por acidente com passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva,
- III. Não se subordina às normas do contrato de transporte o feito gratuitamente, por amizade ou cortesia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) I.



51. O possuidor (A) de má-fé nunca responde pela perda ou deterioração da coisa. (B) de boa-fé não tem direito, enquanto durar a boa-fé, aos frutos percebidos. (C) de má-fé não responde por todos os frutos colhidos e percebidos, desde o momento em que se constituiu de má-fé. (D) não pode intentar ação de esbulho, ou de indenização, contra o terceiro que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era. (E) de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.	54. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos devem, para fins de aplicação de limites, integrar a dívida (A) consolidada. (B) flutuante. (C) pública imobiliária. (D) ativa não tributária. (E) pública corrente.
Noções de Direito Financeiro 52. Considere as seguintes hipóteses: I. Alterar dotação solicitada para despesa de custeio com proposta inexata. II. Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes. III. Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado. IV. Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções. Dessas hipóteses, pode ser objeto de emenda ao projeto da lei do orçamento o que consta APENAS em (A) II. (B) I. (C) III e IV. (D) I e II. (E) III.	55. Os créditos relativos à dívida ativa devem ser escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas, e se dividem em naturezas (A) pública e privada. (B) orçamentária e financeira. (C) mobiliária e imobiliária. (D) patrimonial e extrapatrimonial. (E) tributária e não tributária.
53. O setor de contabilidade de uma Prefeitura do Estado da Paraíba verificou que houve o direito adquirido por um credor com base em documentos que comprovam o respectivo crédito. Essa fase da despesa é denominada (A) precatório. (B) empenho. (C) liquidação. (D) pagamento. (E) baixa contábil.	Licitações e Contratos Administrativos 56. Durante um curso de aperfeiçoamento em que Analistas do Ministério Público do Estado da Paraíba participaram, foram ilustrados os seguintes casos: I. Aquisição de papel sulfite por menor preço. II. Contratação de consultoria por melhor técnica. III. Contratação de serviços de medição por melhor técnica e preço. IV. Alienação de carro por melhor oferta. V. Alienação de imóvel por leilão. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, dos casos acima, é modalidade de licitação o que consta APENAS em (A) I. (B) II. (C) III. (D) IV. (E) V. 57. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, no caso da utilização do pregão é VEDADO (A) exigir pagamento de taxa referente ao fornecimento do edital em qualquer hipótese. (B) estabelecer prazo de 10 dias úteis para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação do edital. (C) exigir garantia de proposta. (D) inabilitar empresa interessada após a verificação da melhor proposta. (E) abrir negociação diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor.



58. Em relação aos contratos decorrentes de procedimentos licitatórios é correto afirmar que

- (A) aqueles que abrangem serviços executados de forma continuada são exceção legal à regra de que a duração dos contratos deve ficar adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- (B) podem ter prazo de vigência indeterminado os contratos relacionados a serviços que não possuam limitação de tempo, a exemplo de manutenção de hospitais.
- (C) em hipótese alguma a vigência dos contratos de execução continuada pode ser superior a 60 meses.
- (D) a designação do foro da sede da Administração para a solução de questões contratuais só é obrigatória se firmado com pessoa física ou jurídica domiciliada no território nacional.
- (E) a exigência de prestação de garantia na contratação de obras, serviços e compras é prerrogativa da administração, independentemente de previsão no instrumento convocatório da licitação.

59. Os contratos administrativos de concessão por meio de Parceria Público-Privada admitem as modalidades

- (A) por adesão e administrativa.
- (B) patrocinada e por adesão.
- (C) gerencial e administrativa.
- (D) patrocinada e administrativa.
- (E) patrocinada e gerencial.

60. O Ministério Público do Estado da Paraíba realizou em 2014 vários procedimentos licitatórios. O exame dos respectivos processos, no que diz respeito às condições de habilitação, evidenciou as seguintes ocorrências:

- I. Na comprovação de aptidão dos interessados para fornecimento de bens, foram aceitos atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito privado.
- II. Para obras, as comprovações das exigências de comprovação de atividade foram limitadas a experiências com execuções há no máximo vinte e quatro meses.
- III. Para obras de alta complexidade técnica foi exigida dos licitantes a metodologia de execução.

Sobre esses casos, houve afronta ao disposto na Lei nº 8.666/1993 o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.